

CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: RETROCESSOS E PERDAS

HISTORICAL-POLITICAL CONTEXT OF LITERACY TEACHER TRAINING: SETBACKS AND LOSSES

CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DE LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE ALFABETIZACIÓN: RETROCESOS Y PÉRDIDAS

Lucimar Gracia Ferreira¹ 0000-0002-2152-735X

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; lucimargracia@hotmail.com

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar o contexto histórico-político do Brasil entre os anos de 2019 a 2023, marcado por retrocessos, perdas e neoconservadorismos, e seus impactos na formação de professores alfabetizadores, evidenciando as implicações dessas políticas para a educação, a democracia e a efetivação de direitos sociais. A metodologia cunhou por uma pesquisa qualitativa e exploratória que coadunou com o instrumento para produção dos dados a análise documental, cujos documentos analisados foram: Plano Nacional de Alfabetização - PNA, Programa Tempo de Aprender - PTA e Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Foi utilizada para o tratamento dos dados a Análise de Conteúdo que foram divididas em duas categorias, articula aos documentos analisados. Os resultados revelaram que as políticas públicas efetuadas neste período, trouxeram impactos desfavoráveis para a formação de professores, invalidando seus conhecimentos e saberes relacionado às suas experiências docentes e na maneira de promover o processo de alfabetização, remetendo o ensino a um único método, o fônico.

Palavras-chave: formação de professores alfabetizadores; alfabetização; políticas públicas.

Abstract:

This article aims to analyze the historical and political context of Brazil between 2019 and 2023, marked by setbacks, losses, and neoconservatism, and their impact on the training of literacy teachers, highlighting the implications of these policies for education, democracy, and the realization of social rights. The methodology used was qualitative and exploratory research, combined with document analysis as the data production tool. The documents analyzed were: the National Literacy Plan (PNA), the Time to Learn Program (PTA), and the National Common Curricular Base (BNCC). Content analysis was used to process the data, which was divided into two categories, linked to the documents analyzed. The results revealed that public policies implemented during this period had an unfavorable impact on teacher training, invalidating their knowledge and understanding related to their teaching experiences and the way they promoted the literacy process, relegating teaching to a single method: phonics.

Keywords: literacy teacher training; literacy; public policy.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo analizar el contexto histórico y político de Brasil entre 2019 y 2023, marcado por reveses, pérdidas y neoconservadurismo, y su impacto en la formación de profesores de alfabetización, destacando las implicaciones de estas políticas para la educación, la democracia y la realización de los derechos sociales. La metodología utilizada fue una investigación cualitativa y exploratoria, combinada con el análisis de documentos como herramienta de producción de datos. Los documentos analizados fueron: el Plan Nacional de Alfabetización (PNA), el Programa Tiempo para Aprender (PTA) y la Base Curricular Nacional Común (BNCC). Se utilizó el análisis de contenido para procesar los datos, que se dividieron en dos categorías, vinculadas a los documentos analizados. Los resultados revelaron que las políticas públicas implementadas durante este período tuvieron un impacto desfavorable en la formación docente, invalidando su conocimiento y comprensión relacionados con sus experiencias docentes y la forma en que promovieron el proceso de alfabetización, relegando la enseñanza a un solo método: la fonética.

Palabras clave: formación docente en alfabetización; alfabetización; políticas públicas.

Introdução

O Brasil é um país em ascensão devido às políticas públicas voltadas para o âmbito educacional, social, cultural que abarcam a saúde, os direitos humanos e o meio ambiente. Entretanto, essas políticas públicas que beneficiam uma população específica do povo brasileiro sofreram rupturas, que ocorreram entre os anos de 2019 a 2023, quando a extrema-direita tomou o poder, promovendo mudanças radicais no cenário brasileiro, consolidando um novo paradigma político nomeado de “Bolsonarismo”. Este paradigma político, associado ao governo de Jair Messias Bolsonaro, é marcado, principalmente, por retrocessos em vários âmbitos. Diante disso, o cenário político brasileiro mudou sua linguagem, disseminando um discurso de ódio direcionado as minorias, povos originários, misoginia, discriminação de gênero, entre outros.

As maiores mudanças desse período foram direcionadas ao contexto educacional, com a implementação do Plano Nacional de Alfabetização - PNA e o Programa Tempo de Aprender - PTA, que seguiu por linhas da Base nacional Comum Curricular – BNCC, modificando a maneira de ensinar e aprender no processo de alfabetização. Essas novas políticas inseridas na educação, promoveu seu desmonte e o enfraquecimento do processo de alfabetização e da formação de professores no território nacional.

Diante do exposto, esta pesquisa objetiva analisar o contexto histórico-político do Brasil entre os anos de 2019 a 2023, marcado por retrocessos, perdas e neoconservadorismos, e seus impactos na formação de professores alfabetizadores, evidenciando as implicações dessas políticas para a educação, a democracia e a efetivação de direitos sociais.

O percurso metodológico culminou em uma pesquisa qualitativa e exploratória, que buscou compreender e interpretar o contexto histórico-político da formação de professores e do processo de alfabetização entre os anos de 2019 a 2023 (Gil, 2022). O instrumento utilizado para produção e discussão dos dados foi à análise documental de documentos oficiais sobre as políticas públicas realizadas no governo de Bolsonaro. Os documentos utilizados foram: Plano Nacional de Alfabetização, Programa Tempo de Aprender e Base Nacional Comum Curricular. Neste contexto, a análise documental é uma técnica de investigação significativa que busca analisar, identificar, compreender, criticar e refletir sobre as informações neles contidos (Bonfim, 2021). Para o tratamento dos dados foi utilizado a Análise de Conteúdo (Bardin, 2015). Consequente aos resultados dos dados, duas categorias foram elaboradas e mobilizadas para promover o diálogo dos dados com as bases teóricas que fundamentam este estudo: 1) o retrocesso da alfabetização; 2) desmonte das políticas públicas para formação continuada de professores alfabetizadores.

Os anos de 2019-2023: um período de retrocessos

Um filósofo, há muito tempo atrás, escreveu que a covardia é a mãe da crueldade. O covarde, como tem medo de tudo, precisa sem cessar exibir signos de sinais de força. Armas, milícias, mortes. A covardia produz a crueldade (Chauí, 2022).

Nos últimos anos (2019-2023), o Brasil foi palco de uma política cruel, neoconservadora, extremista, autoritária e violenta, principalmente, nas suas dimensões verbal e simbólica, alimentando o ódio de muitos cidadãos que se identificaram com o discurso político do ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Conforme Chauí (2022), a nova roupagem da política brasileira, denominada extrema-direita, trouxe também à tona, um tipo de comportamento de uma boa parte dos brasileiros, revelando-se um novo paradigma ideológico, nunca visto no Brasil – o “Bolsonarismo”. Ênfase que nunca a nossa democracia foi tão ameaçada como nos últimos anos. Por isso, é necessário refletir nas formas de organização da política brasileira, que podem afetar e desestruturar a nossa democracia.

Nesse sentido, é possível perceber que a União tem um compromisso social com a população, mediante garantias do Estado democrático de direito, concebendo soberania como aquela que é exercida pelo povo por meio da representatividade política; à cidadania, a partir do reconhecimento como pessoa de direitos e deveres no âmbito social; a dignidade da pessoa humana tem sua representação nos direitos que os cidadãos possuem em seu país como: direito a vida, ir e vir, igualdade, liberdade, entre outros.

Entretanto, alguns dos nossos direitos constitucionais foram reprimidos com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, que através de suas promessas de campanha trouxe, para o meio social, uma nova roupagem política – denominada por ele e seu grupo como “Nova Política”, em detrimento da “Velha Política” existente, segundo eles, no Brasil. Chegou ao mais alto escalão da república, com compromisso de acabar com a corrupção, combater o crime, melhorar a economia, “defendendo uma agenda econômica liberal e conservadora em segurança e costumes” (Carneiro, 2019). A sua campanha eleitoral apresentou discursos polêmicos, suscitando o ódio pelas várias classes sociais, incitando o racismo, a homofobia e a misoginia. Sua forma agressiva e violenta de governar conquistou um eleitorado “leal”, que o levou a símbolo da extrema-direita política do Brasil.

Dessa forma, a partir de um projeto político ultraneoliberal, defendeu as privatizações e desregulamentou vários direitos conquistados no contexto brasileiro. O fanatismo por Bolsonaro de uma parte da população brasileira foi denominado de “Bolsonarismo”, definido

[...] como a mais nova face da extrema-direita brasileira nas primeiras décadas do século XXI. Tendo como principais bases ideológicas o neoprotestantismo e a defesa do legado da ditadura militar. Para o Bolsonaro religião e autoritarismo locupletam-se e reproduzem-se processando a linguagem da violência (em suas dimensões física e simbólica) como tática política (Ribeiro, 2020, p. 465).

Mediante o exposto, realizar uma definição de Bolsonaroistas no cenário brasileiro é revelar que sempre existiram sujeitos com pensamentos retrógrados, com ideologias abissais que defendem a violência como punição para aqueles que não estão de acordo com a sua ideologia política. Desde o início do governo Bolsonaro, qualquer reflexão crítica era motivo de perseguição política, o que acarretou muitas mortes de políticos e cidadãos.

Nesse contexto de mudanças drásticas de governo e de política radical, a sociedade passa a ser regulada pelo mercado, e não o mercado pela sociedade. Essa inversão sociedade/mercado seguiu por uma doutrina fundamentalista neoliberal, com transformações de regulação do mercado ditando as regras, deixando para segundo plano as políticas públicas voltadas para a educação, assistência social, saúde, tecnologia, ciência e cultura (Frigotto, 2021).

A agenda política do desgoverno¹ Bolsonaro foi a mais perversa de todos os tempos, “prejudicando de fato os que se encontram em condições agravadas de vulnerabilidade social,

¹ Conforme o Dicionário Online de Português: desgoverno se refere a “Mau governo ou administração. Desregramento, esbanjamento. Falta de governo; desnorteamento. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desgoverno/#:~:text=substantivo%20masculino%20Mau%20governo%20ou,Falta%20de%20governo%3B%20desnorteamento>. Acesso em: 23 mar. 2024.

impondo ainda mais para a classe trabalhadora um modelo de proteção social bem abaixo dos padrões mínimos de sobrevivência” (Castilho; Lemos, 2021, p. 272), retirando da população direitos já conquistados através de muitas lutas, além de não dá continuidade às políticas de crescimento social, tudo em nome do mercado e do lucro.

É relevante enfatizar que vivemos, no período em questão, tempos de contrarreformas no país, uma reação da necropolítica do Estado aos avanços sociais globalizados, com proibições ao pensamento crítico, sendo punidos aqueles que são contra a nova doutrina Bolsonarista, isso em pleno século XXI. Conforme Mbembe (2016), a necropolítica determina quem vive e quem morre. Assim, com o Bolsonarismo, “o governo brasileiro optou conscientemente por uma política de morte, [...] como política oficial do Estado (Castilho; Lemos, 2021, p. 271). Com isso, a contrarreforma imposta ao sistema brasileiro foi o reverso de tudo que já vivemos em governos anteriores, que ao invés de avançar, retrocedeu, comprometendo a democracia, desconfigurando a nossa lei básica, adaptou-se ao contexto atual, dando lugar a uma democracia fragilizada que se fundamentou no âmbito político e religioso pregado pelo desgoverno Bolsonaro (Frigotto, 2021).

Conforme Frigotto (2021, p. 121), o fundamentalismo político refere-se a “teses neofacistas de criminalizar os adversários para depois condená-los e aniquilá-los moral e fisicamente”. Já o fundamentalismo religioso, remete a “teologia da prosperidade” que busca combater o que se denomina “[...] de ideologia de gênero e pelo combate à educação e a ciência laica, por serem entendidas como disseminadoras do mal” (op. cit.). Remeter a educação como aquela que espalha a maldade é romper com as pesquisas e seus resultados, e também, com o estado de direitos dos cidadãos, sua liberdade de expressão e conhecimento. Para além da redução da política, há um fundamentalismo com prerrogativas absurdas pelo seu desgoverno, têm-se os crimes de responsabilidade cometidos que se tornaram públicos e escancarados para toda a sociedade.

Diante de fatos incontestáveis do desgoverno da extrema-direita de Bolsonaro, vê-se destruição, retrocessos e desmontes das políticas públicas nos vários âmbitos, desde as políticas de assistência social, educacionais, ambientais, da saúde, dos povos originários, da população minoritária, de inclusão, até o rompimento de alianças internacionais. Durante esses quatro anos do desgoverno de Bolsonaro e de seus vários ministros e aliados políticos, ocorreram muitas perdas, desde o financiamento a programas que deveriam ser ampliados, até a elaboração de outros projetos que fizeram o percurso contrário. O que se realizou nesse período foram muitas políticas públicas com tom de conservadorismo e doutrinação da sociedade e da educação brasileira.

Nesse contexto, o Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (INESC, 2021) realizou um balanço dos gastos do governo federal entre os anos de 2019, 2020 e 2021. Nos três anos citados, foram confirmadas perdas de investimentos no período da pandemia; saúde; habitação; assistência para crianças e adolescentes; educação infantil; igualdade racial; ações voltadas para mulheres; sistema socioeducativo; povos indígenas; políticas ambientais; educação. As reduções dos repasses de verbas públicas para programas sociais vão desde a Política Nacional de Assistência Social, ao Programa Bolsa Família, que reduziu o número de famílias beneficiadas e ainda correu risco de extinção, além do desmonte do Programa Minha Casa Minha Vida (INESC, 2021).

Nesse contexto de desmonte das políticas públicas, destacamos também a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão – SECADI (Brasil, 2004), um setor de âmbito social voltado para atender e garantir o direito a educação e a diversidade, que propunha avanços, reconhecimento e inclusão de grupos marginalizados na educação, promovendo uma sociedade mais justa e com direitos igualitários.

A SECADI estava em vigência desde 2004, buscava diminuir as desigualdades sociais e valorização da diversidade no contexto escolar, garantindo o direito à educação. Uma das primeiras ações do desgoverno Bolsonaro foi extinguir essa secretaria em 2019. Segundo Taffarel e Carvalho (2019, p. 87), “extinguir a SECADI, não significa somente menos política pública social para as populações do campo brasileiro. Significa mais do que isto. São medidas para destruir forças produtivas e assegurar as condições de (re)produção do capital”. Os retrocessos vieram de uma liderança sem diálogo, pautado no autoritarismo, na agressividade e na violência.

Desmonte da educação: período de declínio da alfabetização

Há três décadas, a educação no Brasil vem passando por várias reformas através de projetos e programas que buscam promover melhorias de qualidade no ensino (Ferreira; Barreto; Ferreira, 2021). Ou seja, para melhorar a qualidade do ensino e alcançar metas estabelecidas, garantindo a aprendizagem, foi e é necessário o investimento em políticas públicas que abarquem todos os níveis e modalidades de ensino da Educação Básica ao Ensino Superior, beneficiando, principalmente, a carreira e o desenvolvimento profissional docente de forma democrática, autônoma, crítica, consciente e com valorização.

Nesse sentido, quando falamos em educação no desgoverno de Bolsonaro, deparamos com rupturas, cortes e contestações das políticas educacionais, desvalorização da carreira

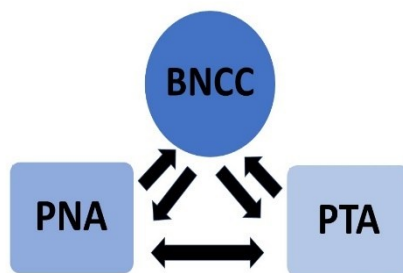
docente, mudanças radicais no processo de alfabetizar, com retrocessos de métodos de ensino que já tinham sido superados por programas de formação de professores desde a década de 1990, sendo um período marcado pelo conservadorismo e pelo atendimento aos interesses do neoliberalismo, como visto em toda sua gestão. Conforme Moraes, Santos e Paiva (2021, p. 14):

Em 2019, as reformas de asfixiamento das políticas educacionais se intensificaram com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL), que não só manteve a conservação do ideário neoliberal e neoconservador, como aprofundou esse processo com uma política de desvalorização da educação, de sucateamento das universidades, de restrição de recursos para ciência e tecnologia, concentrando os seus esforços numa política para o mercado, para o setor financeiro, para os ruralistas.

O cenário da educação brasileira durante o desgoverno Bolsonaro entrou num caos profundo, um abismo desproporcional, pelo qual jamais poderíamos imaginar que passaríamos na contemporaneidade, no mundo globalizado, pois quatro anos foram o suficiente para que fossem retiradas da educação as poucas melhorias que foram conquistadas durante décadas. Essas conquistas buscaram romper com a hegemonia de uma educação que foi direcionada para a elite, e que vinha dando visibilidade para a diversidade no contexto escolar, mesmo que esta tenha intencionalidades explícitas em atender ao mercado de trabalho. Asfixiar as políticas educacionais voltadas para atender, principalmente, a população mais necessitada no nosso país, é promover a morte de muitos sujeitos que têm na educação a esperança de dias melhores, é “ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2016, p. 123).

Enfatizo que o contexto de desmonte da educação e da política pública brasileira não emergiu do desgoverno Bolsonaro, mas nele seguiu uma linha de consolidação mais latente. Grandes corporações, como o Banco Mundial têm essas intencionalidades de dilaceramento que visa uma educação atendendo às demandas do capital; políticas públicas estas que são vistas como aquelas que andam na “contramão democrática” (Moraes; Santos; Paiva, 2021, p. 15). A partir dos cenários e contextos já sinalizados neste estudo, apresento alguns dos desmontes referentes ao processo de alfabetização, seguindo uma linha de interpretação que abarca: 1) Política Nacional de Alfabetização - PNA; 2) Programa Tempo de aprender - PTA, ambas, articulada a BNCC, conforme Figura 1 que representa essas políticas.

Figura 1 -Articulações



Fonte: autoria própria.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) como política macro, propõe-se a desenvolver um conjunto de ações a serem realizados no sistema escolar e na elaboração do currículo da Educação Básica que busca envolver habilidades e competências no processo ensino e aprendizagem. Assim:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, [...] (Brasil, 2018, p. 7, grifo do documento).

Dessa forma, a BNCC “promete” apresentar soluções para os problemas relacionados às desigualdades no contexto escolar. Nesse caso, cada estado e município teria autonomia para desenvolver propostas curriculares, “com uma margem de variação em relação ao documento nacional, hoje parece reinar um discurso de imposição única e absoluta do que está escrito ‘na Base’” (Morais, 2020, p. 2). Ainda, baseado num discurso único e homogêneo como o que está presente na BNCC, foi elaborada a PNA (Brasil, 2019), como uma política pública educacional do Governo Federal (Governo Bolsonaro), com ações e propostas voltadas para direcionamentos do processo ensino e aprendizagem e práticas pedagógicas com a finalidade na formação continuada de professores alfabetizadores. Nesse contexto, a PNA:

[...] foi instituída por decreto presidencial, sem ampla discussão com representantes da comunidade acadêmica e científica e com alfabetizadores; [...] - é apresentada por seus autores ‘[...] como se fosse a verdade científica revelada e o fazem por meio de um discurso característico da ‘retórica de púlpito’, como tal, ideológico, autoritário e pseudocientífico’ (Mortatti, 2019, p. 27).

Toda política pública educacional deveria ter em sua formulação a participação plena dos profissionais da educação, que é a base para concretização da prática pedagógica no espaço escolar. Quando isto não ocorre, os professores se tornam meros executores de programas e

projetos voltados para o processo ensino e aprendizagem de forma mecânica e aligeirada. Articulada à PNA, foi estruturado o Programa Tempo de Aprender, uma política direcionada à formação continuada do professor alfabetizador, seguida por mudanças na forma de alfabetizar (método fônico), “indo na contramão das pesquisas científicas construídas ao longo da história da educação no Brasil [...]” (Albuquerque; Boto, 2021, p. 10).

Realizando um cruzamento entre os três documentos, nota-se que a BNCC como uma política curricular norteadora para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais fundamenta a PNA e o Programa Tempo de Aprender quando refere a aprendizagem da leitura e escrita na alfabetização e a formação de professores, a partir de uma abordagem de sintetização e quantificação desses aspectos.

Diante do exposto, fica evidente que o desgoverno de Jair Bolsonaro não apenas negligenciou a educação, mas agiu de forma a dismantelar os alicerces de políticas já existentes e eficazes. Tratou-se de políticas que caminharam na contramão da melhoria, do avanço e do progresso, principalmente, na área de alfabetização. As implementações realizadas neste período foram ineficientes para benefícios da população mais necessitada, impossibilitando o progresso da inclusão e social. O retrocesso trouxe resultados imensos agravando as desigualdades, colocando em risco o futuro de gerações, em particular, o processo de alfabetização e o acesso ao ensino de qualidade para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade.

Política Nacional de Alfabetização: o retrocesso da alfabetização

O compromisso com a educação está preconizado na Constituição Federal – CF (Brasil, 1988), em seu Art. 205 que a estabelece como “direito de todos e dever do Estado e da família [...]”. Reafirmando esse compromisso, temos também a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDB (Brasil, 1996), que estabelece, no Art. 2º, “A educação, dever da família e do Estado [...]”. Diante disso, percebemos que o Estado e a família são tomados como os responsáveis pela educação, mas em diferentes ordens nos dois documentos.

Nesse contexto, a Educação Básica no Brasil é potencializada por programas e projetos, cuja elaboração é responsabilidade do Estado, que através de políticas públicas busca proporcionar a melhoria e qualidade do ensino de crianças, jovens e adultos, bem como formação continuada para professores. A família também é a responsável pela educação de seus filhos, porém, cabe ao Estado, proporcionar-lhes condições de igualdade e sua permanência na escola, da creche ao Ensino Médio.

Dessa forma, as políticas educacionais no Brasil sofrem constantes mudanças na intenção, muitas vezes, de atender às demandas da sociedade e do mercado. Diante disso, as transformações que ocorreram durante os quatro anos do desgoverno Bolsonaro promoveram o desmonte das políticas educacionais e, principalmente, das políticas de alfabetização que ficaram totalmente desestruturadas, pois veio acompanhada de uma necropolítica conservadora, neoliberal, autoritária e mercantilista que vê o conceito de alfabetização como algo impreciso.

Nesse sentido, foi elaborado o Decreto nº 9.765 de 2019 que instituiu a Política Nacional de Alfabetização – PNA (Brasil, 2019). A PNA foi uma política pública educacional de Estado, com “[...] ações voltadas à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional [...]” visando também melhorias nas avaliações internas e externas. Conceitua alfabetização como “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão” (Brasil, 2019).

O referido documento (Brasil, 2019) traz no Art. 3º princípios que são fundamentados em evidências provenientes das Ciências Cognitivas com “IV - ênfase no ensino dos seis componentes essenciais para a alfabetização: a) consciência fonêmica; b) instrução fônica sistemática; c) fluência em leitura oral; d) desenvolvimento de vocabulário; e) compreensão de textos; f) produção de escrita”. Ainda, remete essas políticas a algo bem-sucedido que ocorreu no âmbito nacional e internacional, destacando que a aprendizagem da leitura, escrita e matemática são ferramentas importantes para solucionar problemas de suscetibilidade sociais, proporcionando igualdade de acesso educacional, enfatizando que as famílias são motivadoras do processo de alfabetização (Brasil, 2019). Conforme Viana, Costa e Cunha (2022, p. 1015):

Nosso país ainda continua importando modelos de políticas públicas, sistemas de avaliação, pesquisas, teorias e saberes de outros países, muitas vezes desconsiderando os condicionantes históricos, sociais, econômicos e políticos do Brasil, que muitas vezes são discrepantes de outras realidades internacionais.

As epistemologias validadas pela Política Nacional de Alfabetização muitas vezes não condizem com as diferentes realidades das escolas brasileiras. Não dialogam com as especificidades das escolas públicas periféricas, escolas quilombolas, escolas indígenas e escolas do campo. Ao propor um conhecimento no âmbito internacional para o nacional, até mesmo dentro da esfera Brasil, tende de se pensar nos nossos diversos ‘Brasis’.

A citação traz uma vertente relacionada a um problema centralizado nas políticas pública referentes à educação ao adotar modelos externos sem os devidos ajustes a realidade do país. Quando o Brasil adquire modelos educacionais de outros países, acaba desconsiderando as particularidades históricas, culturais e sociais, promovendo políticas que não condizem com

as necessidades da população. Reportando a alfabetização, esse processo torna-se ainda mais preocupante. Tais políticas para a alfabetização foram elaboradas por especialistas e empresários sem a discussão com aqueles que possibilitam que o pedagógico realmente se concretize. Assim, houve a intenção de vendas de pacotes educacionais prontos para atender à formação de professores e a alfabetização no contexto escolar, introduzindo, neste, materiais didáticos baseados no método fônico com único propósito de ensinar a relação letra e som. Ao legitimar os modelos externos como único e impor para todo o processo educacional brasileiro, desvaloriza e desrespeita os diversos ‘Brasis’ aqui existentes, que em vez de sanar os problemas tão presentes no cenário educacional brasileiro, acaba por intensificar as desigualdades. Conforme Monteiro (2019, p. 41):

A PNA está fundamentada teoricamente nas ciências cognitivas, com ênfase na Ciência Cognitiva da Leitura, para fomentar a prática de ensino da língua escrita. Essa área do conhecimento é uma importante referência para o encaminhamento das práticas pedagógicas na fase inicial da aprendizagem da língua escrita. No entanto, partimos do pressuposto de que a ação pedagógica não pode ser promovida a partir de um único referencial teórico, como também os seus resultados não podem ser assim analisados.

A PNA refere-se ao processo de alfabetização, remetendo a base teórica nas ciências cognitivas, onde todas as crianças deveria apresentar uma única forma de aprender, focando nos processos mentais da escrita. Porém, a crítica está relacionada aqui por apresentar apenas a um único referencial teórico, desprezando outras formas teóricas de aprendizagem. Diante disso, a PNA revelou desconhecer a complexidade do processo de alfabetização que sofre influências externas de fatores sociais, culturais e emocionais. Assim, é necessário que a prática pedagógica possa se beneficiar das várias teorias existentes no meio educacional, trazendo melhorias para o processo ensino e aprendizagem de forma completa e eficaz conforme a realidade e o nível de aprendizagem de cada sujeito. Segundo Morais (2019, p. 67):

Como convergências podemos ver a visão reducionista de alfabetização, o ensino de compreensão de leitura e de produção de textos desidratado a nada ou quase nada, ao lado da obtusa redução do ciclo inicial de alfabetização a dois anos, sem que a BNCC assegure aos alunos da Educação Infantil o direito a um ensino que os ajude a compreender a escrita alfabética, a desenvolver a consciência fonológica etc. Note-se que, mais uma vez, curiosamente, os especialistas autores da PNA em nenhum momento criticaram o que a BNCC deixa de prescrever para a Educação Infantil, quando o tema é o tratamento da modalidade escrita da língua naquela etapa [...].

É sabido que a alfabetização é um processo que se inicia antes mesmo das crianças adentrarem nas escolas. Além disso, é preciso considerar que a aprendizagem da leitura e escrita não é só um processo de aprendizagem escolar como interpretado na PNA que a reduz somente ao ensino de leitura e escrita, colocando os aprendentes no lugar de incapazes de aprender para

além do que a escola pode ensinar, banalizando as práticas sociais de aprendizagem da leitura e escrita como parte do processo. O que ocorreu na construção dessa política foi uma rejeição ao “construtivismo e com o letramento, ao lado da sectária visão de que só estudos experimentais podem dizer como devemos alfabetizar [...]” (Morais, 2019, p. 67).

Embora para alfabetizar seja preciso basear-se em questões técnicas que são essenciais, entendemos que a leitura da palavra não pode ser desvinculada da leitura do mundo, pois “a técnica é sempre secundária e só é importante quando a serviço de algo mais amplo. Considerar a técnica primordial é perder o objetivo da educação” (Freire, 2021, p. 87). Além disso, “o texto da PNA também não atenta para a importância fundamental de ampliar as práticas de letramento e as reflexões sobre os usos dos textos e suportes desde a Educação Infantil como uma medida de democratização do acesso ao mundo da escrita” (Morais, 2019, p. 70).

Proporcionar práticas de letramento, desde o início da escolarização da criança, é permitir a igualdade de acesso de forma democrática, é familiarizar-se com o Sistema de Escrita Alfabético – SEA, ampliando os conhecimentos que são inerentes de sua formação como cidadão. A Política Nacional de Alfabetização (PNA), ao se apresentar como a única fonte “baseada em evidências científicas”, desconsidera e até mesmo invalida o trabalho de pesquisadores renomados que, por décadas, se dedicaram a entender o complexo processo de alfabetização. Ao fazer isso, a PNA ignora a vasta quantidade de estudos que já mostraram como as crianças realmente aprendem, deturpando a história da pesquisa educacional no Brasil. (Morais, 2019; Albuquerque; Boto, 2021; Ferreira, 2020). Conforme Moraes (2019, p. 73):

[...] as evidências de nossas pesquisas mostram que, do ponto de vista teórico, a perspectiva assumida pela PNA é muito inadequada, porque desconsidera o modo como a criança funciona, não leva em conta como suas concepções evoluem. Do ponto de vista didático, ela é desastrosa por diversos motivos. Além de praticar um ensino padronizado, que ignora o que a criança pensa e que não enfrenta a diversidade de conhecimentos dos alfabetizandos que estão numa mesma sala de aula, a perspectiva da PNA não tem compromisso com a motivação e com os direitos da criança, quando se trata de ter prazer brincando com palavras ou de cedo se deleitar com livros e outros textos do universo infantil.

Renegar as pesquisas realizadas no âmbito nacional dentro das escolas sobre o processo de alfabetização é desrespeitar nossos pesquisadores, além dos nossos professores que estão inseridos diretamente na construção dos conhecimentos e saberes das crianças. Assim, não respeitar a maneira que a leitura e a escrita ocorrem na sala de aula; não respeitar a diversidade e a especificidade de cada sujeito aprendente e suas vulnerabilidades cultural, social e econômica, significa “violentar” esse processo.

Nesse contexto, a PNA não tratou com seriedade e compromisso o processo de alfabetização no Brasil e seu percurso histórico; não tratou com seriedade e compromisso uma educação de qualidade voltada para atender à diversidade social. Proporcionar às crianças uma alfabetização relacionada somente a codificar/decodificar, grafema/fonema, e ainda através de um único método, o fônico, é tratar o ensino de forma mecânica, trazendo de volta às salas de aula a racionalidade técnica que esvazia as experiências do professor alfabetizador. Para que o processo ensino e aprendizagem aconteçam de maneira que possa contribuir para a qualidade da educação, é preciso ser analisado e compreendido nas suas dimensões humana, técnica e político-social, ofertada a partir de uma educação para além do capital e do mercado de trabalho. Assim como a PNA distorce e desconstrói todo o processo de alfabetização e da formação do professor, o Programa Tempo de Aprender veio coadunar e concretizar esse desmonte através de uma formação continuada *online*, individual e competitiva.

O desmonte: Programa Tempo de Aprender

O PNE determina que as crianças devam ser alfabetizadas até o 3º ano de escolarização, porém, conforme a BNCC, esse período foi reduzido até o 2º ano. Nesse sentido, para que metas sejam cumpridas, são elaboradas políticas educacionais de formação continuada para professores alfabetizadores, que têm como objetivo a melhoria das práticas docentes para a qualidade do processo ensino e aprendizagem dos sujeitos envolvidos nesse contexto.

Dessa forma, a partir da PNA, foi elaborado para a formação de professores alfabetizadores o Programa Tempo de Aprender – PTA (Brasil, 2020), que se baseou em modelos internacionais e estudos científicos de áreas não educacionais e isoladas, que pouco contribuí para pensar avanços relevantes relacionados à aprendizagem da leitura e escrita. O PTA foi elaborado a partir de manuais que citam a Ciência Cognitiva da Leitura como aquela que traz “experiências bem-sucedidas nacionais e internacionais” (p. VI). O Programa teve como base a experiência de Portugal, dispondo de materiais que agregam teoria e prática voltada à “literatura científica, práticas de literacia emergente – como sobre a consciência fonológica” (Brasil, 2020, p. VII). É a primeira vez que são citados em programas de formação para professores alfabetizadores termos como: “literacia e numeracia”, ambos importados.

Nesse contexto, o curso para formação de professores alfabetizadores do Programa Tempo de Aprender teve como proposta uma carga horária de 180 horas, divididas em oito (8)

módulos, disponibilizados pela plataforma AVAMEC², com aulas *online*. As aulas foram ofertadas através de “vídeos, materiais de leitura e tarefas de estudo, concebidos de acordo com os princípios da gamificação e dos recursos abertos” (Brasil, 2020, p. XII). Dessa forma, o documento que o explica afirma que:

Para a elaboração dos materiais deste curso, colaboraram mais de 30 especialistas de renomadas instituições de Portugal, dos Estados Unidos e do Brasil. Os conteúdos integram conhecimentos teóricos atualizados e validados empiricamente, com sólida eficácia no ensino da leitura e da escrita (p. XII). O componente teórico, elaborado pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCEUP), é composto por 23 capítulos, o primeiro dos quais introdutório. Os demais agrupam-se em quatro partes:

- Parte A: Noções fundamentais sobre alfabetização;
- Parte B: Literacia emergente;
- Parte C: Aprendizagem da leitura e da escrita;
- Parte D: Dificuldades e perturbações na aprendizagem da leitura e da escrita (Brasil, 2020).

Respalamos que são necessárias reflexões/críticas a respeito da elaboração desse documento, pois, da forma como foi elaborado, acaba por enaltecer os especialistas estrangeiros e brasileiros que coadunam com uma alfabetização que busca a mecanicidade do processo, desacreditando e desprezando os pesquisadores brasileiros que conhecem a realidade da nossa educação e do processo de alfabetização e que defendem uma alfabetização capaz de possibilitar a construção de conhecimentos. É nítido que uma formação continuada de professores alfabetizadores no formato que foi ofertado pelo Programa Tempo de Aprender, revelou as mazelas de uma formação técnica/teórica pensada para treinar os professores e ensiná-los como devem ensinar os conteúdos; uma (des)aprendizagem mecânica e individualista que não proporcionou a troca de experiências, compartilhamento, saberes e práticas junto aos seus pares. Assim:

Ao esbarrar numa concepção para treinamento, na lógica do curso Práticas de Alfabetização, que foca em ensinar a professores alfabetizadores “novos métodos científicos”, o curso deixou de construir uma ponte entre as experiências e práticas dos educadores com as teorias de alfabetização (Viana; Costa; Cunha, 2022, p. 1018).

A formação continuada para o professor alfabetizador ofertado pelo PTA deveria estar relacionada à autonomia dos professores para planejar e refletir sobre sua prática, como ensinar, como avaliar, qual metodologia usar para que o processo ensino e aprendizagem sejam concretizados na sala de aula, refletindo sobre as práticas sociais e culturais desse processo.

² A Plataforma AVAMEC, é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem voltada para processos formativos. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Todavia, destaco que o entendimento aqui realizado, parte de outras pesquisas (Morais, 2019; Mortatti, 2019) sobre formação de professores; além disso, o Programa Tempo de Aprender não representa um programa de formação continuada para professores de modo a corroborar para a mudança, pois remete a um curso teórico/prescrito, com a função de implantar no processo formativo docente a racionalização técnica/neoliberal que coloca a prática pedagógica docente, segundo Franco (2016), como mera instrução de transmissão e informação de conteúdos. Diante disso, o proposto pelo Programa Tempo de Aprender, foi o que Franco (2016, p. 358) chama de “esgotamento da racionalidade pedagógica”, que provoca o esvaziamento da ação-reflexão docente, de sua possibilidade de dialogar criticamente, planejar conforme a especificidade e necessidade do aluno, seu poder de autonomia para tomar decisões:

[...] sendo substituído por pacotes instrucionais prontos, cuja finalidade é, cada vez mais, preparar crianças e jovens para as avaliações externas [...]. A educação, rendendo-se à racionalidade econômica, não mais consegue dar conta de suas possibilidades de formação e humanização das pessoas (Franco, 2016, p. 538).

Do mesmo modo, a proposta do Programa citado, revelou as verdadeiras intencionalidades do desgoverno Bolsonaro, que foi desconfigurar a formação continuada de professores, sua capacidade de refletir sobre suas ações, de atuar politicamente no processo educacional, do senso crítico, sua criatividade, questionar seus conhecimentos e saberes, remetendo-os à condição de sujeitos sem consciência política e social. É preciso lembrar que “mais do que uma formação técnica, a função do professor necessita de uma formação política para exercer com competência a sua profissão” (Gadotti, 2011, p. 43). Conforme Freire (2021, p. 101-102):

Um dos resultados do novo pragmatismo do neoliberalismo está mais relacionado com o treinamento técnico científico dos educadores por negar uma formação mais abrangente, porque tal formação sempre exige uma compreensão crítica do papel de cada um no mundo.

Dessa forma, ofertar uma formação tecnicista aos professores é desconsiderar o seu processo formativo que envolve, para além da carreira docente, as experiências cotidianas. O que ocorreu durante o desgoverno Bolsonaro foi uma competição acirrada no contexto educacional instigado nas escolas, baseada nos resultados, tendo uma formação individualizada e alienada, colocando em dúvida o próprio conceito de desenvolvimento profissional docente, processo pelo qual são construídos os saberes e conhecimentos da experiência. É perceptível que o que ficou em evidência nesse Programa de formação de professores, foi “a priorização de um método de ensino: o método fônico para alfabetizar” (Viana; Costa; Cunha, 2022, p. 1019), apontado como eficaz na aprendizagem da leitura.

As formações continuadas de professores no Brasil são oriundas de políticas públicas educacionais repletas de intencionalidades, nas quais estão envolvidas as práticas pedagógicas, o processo ensino e aprendizagem e suas modificações no contexto escolar, frisando que todas as formações têm inícios, meios e fins. O PTA promoveu uma educação centralizadora e normativa, baseada em parâmetros empresariais de eficiência e eficácia, no intuito de receber recompensas através de avaliações externas. A maneira como as formações foram organizadas em nosso país, pelo o PTA, referindo-se, principalmente, aos materiais didáticos e sua comercialização no meio educacional, tem como alvo também, a prática do professor e, em como o conteúdo deve ser aplicado na sala de aula. Isso acentua o esvaziamento da prática pedagógica docente, pois as propostas são de cunho intencional e têm como foco instrumentalizar os professores, tornando-os meros técnicos, e executores de modelos prontos de como ensinar.

Dessa forma, percebemos que, no desgoverno de Bolsonaro, houve a tentativa de naturalização de políticas públicas voltadas para formação continuada de professores que buscavam projetar no processo de aprendizagem da leitura e escrita, apenas aspectos da codificação/decodificação e da correspondência entre grafema/fonema. Tudo isso, remeteu a uma “linguagem empresarial de eficiência e eficácia na educação, para adequá-la as novas demandas do capital, instituindo receituários técnicos” (Gräff, Manfroi, 2022, p. 2). Não é o que queremos para nossa alfabetização.

Portanto, diante dos vários contextos histórico-políticos aqui descritos e problematizados, cujos reflexos impactaram, sobremaneira nos modos de ensinar e aprender, é possível reafirmar a importância da alfabetização e da formação de professores para a construção de um país focado na melhoria dos processos civilizatórios. Alfabetizar implica em vários aspectos no desenvolvimento de um país, assim como demanda uma gama de políticas públicas que devem estar voltadas para vários âmbitos (formação docente, material didático, etc.). Enfim, para além dos aspectos aqui pontuados, precisamos criar objetivos que nos possibilitem sair dessa condição de alienação, aceitação e obediência cega para outra, que vise à emancipação social e promova melhorias nos processos que envolvem a alfabetização.

Considerações Finais

Esta pesquisa se destaca por abordar o contexto histórico-político do desgoverno Bolsonaro (2019-2023), revelando as profundas mudanças e transformações em todo o país. O governo, ao adotar uma política de extrema-direita, trouxe à tona o neoconservadorismo,

gerando retrocessos significativos no campo educacional, que impactaram diretamente a formação de professores alfabetizadores.

Nesse cenário, os programas de governo direcionados à educação, já discutidos nesta pesquisa, não se mostraram significativos. Estes, elaborados por profissionais que não possuem “lugar de fala” na área, como empresários, transformaram os professores em simples executores de ações e práticas pedagógicas tecnicistas. Ao buscar consolidar seus interesses no mundo capitalista, esses agentes sucatearam a educação, instrumentalizaram e padronizaram o trabalho docente, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem da alfabetização. Neste contexto, o período mencionado, buscou a homogeneização dos métodos de ensino que, do ponto de vista dos programas de alfabetização, era permitido usar somente um – o fônico, atingindo especificamente, as crianças em situação de vulnerabilidade, diante do processo de aprendizagem, e ainda, foi um período que culminou com a pandemia da Covid-19.

A pesquisa busca registrar, compreender e denunciar os problemas impostos pelo desgoverno Bolsonaro, que afetaram a educação de forma generalizada. O estudo fez uma análise crítica de documentos normativos sobre a formação de professores alfabetizadores e os programas de alfabetização, mostrando os efeitos negativos dessas políticas. Foi apresentado e discutido aqui a desconstrução da prática pedagógica e da identidade docente em um período de grande desvalorização para os professores. O texto ressalta o contraste entre essa desvalorização e o esforço dos professores durante a pandemia, quando eles precisaram se reinventar e mobilizar seus conhecimentos, mesmo em meio à incerteza, para continuar o trabalho.

Portanto, não se faz educação sem políticas públicas de qualidade, também não se faz professores qualificados sem formação continuada que dialogue com a realidade da sala de aula e as práticas pedagógicas que norteiam o contexto escolar. Precisamos de políticos que levem a sério o processo educacional brasileiro, valorizando aqueles que estão na linha de frente nas escolas, democratizando seus saberes, promovendo o direito a educação de forma inclusiva, de qualidade e equitativa para todos.

Referências

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; BOTO, Carlota. Dissonâncias do Programa Tempo de Aprender (SEALF/MEC/2020) com as pesquisas sobre alfabetização. **Horizontes**, v. 39, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1125>. Acesso em: 24 set. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2015.

BONFIM, Mariana Pereira (org.). **Manual para pesquisas qualitativas**. 1. ed. Uberlândia: Appris, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Q11na>. Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tempo de aprender**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CARNEIRO, Júlia Dias. Jair Bolsonaro: os caminhos e as promessas do novo presidente. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46722251>. Acesso em: 24 set. 2025.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75361>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CHAUÍ, Marilena. Marilena Chauí: o ódio ao pensamento transformou o cinismo em modo de governar. **BRASIL DE FATO**. São Paulo –SP, 15 de ago. 2022 às 20:47. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/15/marilena-chauí-o-ódio-ao-pensamento-transformou-o-cinismo-em-modo-de-governar>. Acesso em: 1 fev. 2023.

FERREIRA, Lucimar Gracia; FERREIRA, Lúcia Gracia; ZEN, Giovana Cristina. Alfabetização em tempos de pandemia: perspectivas para o ensino da língua materna. **Fólio - Revista De Letras**, v. 12, n. 2., p. 283-299, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/7453>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FERREIRA, Lucimar Gracia; BARRETO, Denise Aparecida Brito; FERREIRA, Lúcia Gracia. **Fólio - Revista De Letras**, v. 13, n. 2, p. 195-213, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/9773>. Acesso em: 27 mar. 2022.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Práticas pedagógicas e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVspzTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, n. 2, p. 118–138, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/66270>. Acesso em: 25 set. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN; Atlas, 2022.

GRÄFF, Patrícia; MANFROI, Iloni Frey. A eficácia na aprendizagem da leitura e da escrita na formação continuada de professores alfabetizadores. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4469>. Acesso em: 24 set. 2025.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021**. Brasília, DF: INESC, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 24 set. 2025.

MONTEIRO, Sara Mourão. A concepção de alfabetização na Política Nacional de Alfabetização/MEC/2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 39-43, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/351>. Acesso em: 25 set. 2025.

MORAIS, Arthur. Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental. **Debates em Educação**, 12 (Esp). 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12nEsp01-16>. Acesso em: 24 set. 2025.

MORAIS, Erivânia Melo de; SANTOS, Camila Rodrigues dos; PAIVA, Irene Alves de. Políticas públicas de educação no contexto neoliberal: um breve balanço. **Revista Inter-Legere**, v. 4, n. 31, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/25900>. Acesso em: 26 set. 2022.

MORAIS, Artur Gomes de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de Decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 66-75, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em: 13 out. 2022.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Brasil, 2091: Notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 7, n. 3, p. 17–51, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/9980>. Acesso em: 13 out. 2022.

RIBEIRO, Guilherme. Entre armas e púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo. **Revista Continentes**, ano 9, n. 16, 2020. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/288>. Acesso em: 30 set. 2021.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; CARVALHO, Marize Souza. A extinção da SECADI: um golpe fatal nas conquistas no campo da educação. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 84–90, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1523>. Acesso em: 22 set. 2022.

VIANA, Magna Melo; COSTA, Glauber Barros Alves; CUNHA, Ana Luiza Salgado. A política Nacional de Alfabetização (PNA) de 2019: algumas reflexões. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1012-1025, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14800>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Sobre a autora

Lucimar Gracia Ferreira

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, Membro do Grupo de Pesquisas e Estudos Pedagógicos (GPEP/UESB).

Contribuição de autoria: Construção, elaboração e revisão.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2085017310415412>

Como referenciar

FERREIRA, Lucimar Gracia. Contexto histórico-político da formação de professores alfabetizadores: retrocessos e perdas. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 21, n. 52, e18247, 2025. DOI: 10.22481/praxisedu.v21i52.18247